



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE
FORMA DE APRESENTAÇÃO: RELATO DE VIVÊNCIA

DIREITO A INCLUSÃO: AS TRANSFERÊNCIAS DE ALUNOS DAS APAE'S PARA AS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR PÚBLICAS

Renata Maria Martins Armelin¹

Bruno Henrique da Silva²

Tiago Eduardo dos Santos Francisco³

Valdeir Cosme de Oliveira Paula⁴

Walbert Júnior Reis dos Santos⁵

Resumo

Durante as aulas ministradas pelos alunos, vinculados ao PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), numa determinada escola da rede pública, nas salas dos sextos anos do Ensino Fundamental, verificou-se que havia três alunos portadores de deficiência intelectual, que foram transferidos para esta escola, com vistas às políticas de inclusão. Portanto, este artigo tem por objetivo refletir sobre os resultados apurados durante estas aulas, durante o primeiro semestre de 2017, de acordo com o que foi observado pelos bolsistas do PIBID.

Palavras Chave: PIBID; Inclusão; Deficiência Intelectual.

INTRODUÇÃO

Com o aumento das manifestações sociais em prol da inclusão de pessoas com deficiência, as instâncias governamentais, nos níveis federal, estadual e municipal,

¹ Docente do curso de Ciências Biológicas do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais* – IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, Muzambinho, MG, Brasil. E-mail: renataarmelin@yahoo.com.br.

² Docente do curso de Ciências Biológicas do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais* – IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, Muzambinho, MG, Brasil. E-mail: biobrunoh@outlook.com

³ Docente do curso de Ciências Biológicas do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais* – IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, Muzambinho, MG, Brasil. E-mail: tiagoeds@yahoo.com.br

⁴ Docente do curso de Ciências Biológicas do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais* – IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, Muzambinho, MG, Brasil. E-mail: valdeircosmedeoliveirapaula@hotmail.com

⁵ Docente do curso de Ciências Biológicas do *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais* – IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, Muzambinho, MG, Brasil. E-mail: walbert.santos@ifsuldeminas.edu.br



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

começaram a fomentar políticas sociais que viabilizem a inserção de parcela dessa população ao convívio social.

Segundo Bartolotti (2006) ser cidadão implica em ter direito e deveres, pois a cidadania é definida com o “direito” a ter direito e, sem dúvida, também, a ter deveres. O verdadeiro cidadão é aquele que tem a consciência dos seus direitos e deveres para que possa lutar e criar meios para concretização destes direitos. Esta redefinição inclui não só o direito a igualdade, mas também o direito a diferença, ou seja, a diversidade e a pluralidade.

Desde então, houve a criação de diversos aparelhos institucionalizados, tais como conselhos e programas para viabilizar essa inclusão, como, por exemplo, o CONADE (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência) e a PNIPPD (Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), todas dedicadas a direcionar ações governamentais para esse fim.

Mesmo com as diversas tentativas dos governos, ainda não há majoritária e efetivamente a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Uma das causas está relacionada ao preconceito social às pessoas com deficiência, outra tem sido a morosidade da efetivação das políticas públicas para esse público.

De acordo com Batista (2004) nesta época o Estado ampliou os números de escolas especiais, e criou convênios com as instituições através de órgãos federais como a Fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) ou através do governo local, mas estas escolas apesar de ter sido criada para integrar, funcionavam de uma maneira segregativa. As PCD (Pessoas com Deficiência) eram afastadas do convívio da social, em razão de um atendimento ditos como especializado. Bueno (*apud* BATISTA, 2004, p. 4), afirma que:

A oferta de escolarização especial parece responder muito mais ao processo de legitimação da marginalização social do que à ampliação das oportunidades educacionais às crianças que possuem alterações que prejudicam a sua escolarização no ensino regular.

Uma das preocupações dos poderes públicos é a inclusão dessas dos alunos das APAE's (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais) para as Escolas de Ensino Regular da rede pública.

Durante as aulas ministradas pelos alunos, vinculados ao PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), numa determinada escola da rede pública, nas salas dos sextos anos do Ensino Fundamental, verificou-se que havia três alunos portadores de deficiência intelectual, que foram transferidos para esta escola, com vistas às políticas de inclusão.

Portanto, este artigo tem por objetivo refletir sobre os resultados apurados durante estas aulas, durante o primeiro semestre de 2017, de acordo com o que foi observado pelos bolsistas do PIBID.

METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho foi utilizado do método de observação e comparação para observar se havia alguma diferença entre os alunos com deficiência e os demais alunos. Além disso, também foi observado o rendimento escolar entre eles e os demais alunos das salas.



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

Realizamos jogos pedagógicos e observamos a participação desses mesmos alunos, nas aulas aplicadas pelos bolsistas do PIBID de Biologia, vinculado ao Instituto Federal de Muzambinho.

No primeiro semestre de 2017 foram aplicadas aulas teóricas e práticas e, assim, para observar melhor estes alunos. Para a construção desse texto, utilizou-se da metodologia de estudo de caso, o que mais apropriado para a elaboração metodológica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As observações e análises feitas com os três alunos com deficiência nas salas dos 6º anos verificaram que entre estes alunos, num primeiro momento, não houve nenhuma diferença com os demais.

Durante o semestre, em conversa com estes mesmos alunos, verificou-se que eles gostam mais desta escola do que da APAE, pois tem mais amigos e os professores são mais atenciosos. Fazem mais amizades, se sentem acolhidos e não veem diferenciações.

Também comentaram que se sentem mais parecidos com os outros, pois, na APAE eles se sentiam diferentes, além de serem mais agressivos. Verificou com os demais colegas e professores que eles têm maior interação, realizam atividades normalmente como os outros alunos, dentro e fora da sala de aula.

Eles vieram juntos da APAE e continuam juntos na mesma sala, fazendo com que sintam mais a vontade e igualdade, mas não excluem as novas amizades.

Também se observou entre os demais alunos da escola pública que estes não fizeram nenhuma objeção com a inclusão destes no meio deles, estabelecem vínculo de amizade normalmente e os auxiliam nas dificuldades.

Para os professores, apesar de terem pouco prepara para lidar com estes alunos, afirmam que este trabalho de inclusão é bem satisfatório e não veem diferença entre estes alunos e os demais.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, observamos que nos últimos anos, grandes avanços têm sido feitos para que haja uma maior inclusão das pessoas com deficiência ao meio social. O estado tem avançado num conjunto de legislações a estas pessoas e a sociedade civil tem feito o seu papel.

As APAE's, apesar de serem ótimas instituições, segregam determinadas pessoas com deficiência do convívio social e educacional. A inclusão dessas pessoas nas escolas da Rede de Ensino Pública, não trouxe nenhuma diferença no trato com estas pessoas.

Ao observar durante o primeiro semestre de 2017 o comportamento de três alunos com deficiência intelectual, inseridos numa sala do sexto ano de uma determinada escola da rede pública, não se notou nenhum problema ou dificuldade com estes alunos e os demais. Não há diferença entre eles e a interação é normal e sem problemas com a interação, são alunos participativos e inteligentes.

Podemos analisar através desse trabalho, a inclusão desses alunos, e, assim, conhecer melhor a história de cada um e suas necessidades dentro de sala de aula e até mesmo em suas casas.



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

REFERÊNCIAS

BARTOLOTTI, Celina Camargo. **Inclusão Social das Pessoas com Deficiências: utopia ou possibilidades?** São Paulo: Paulus, 2006.

BATISTA, Cristina. Arranches da Mota. **Mesa redonda “políticas públicas de direitos humanos e para pessoas com deficiência”**. Belo Horizonte: PUC/Minas, 2004. Disponível em: <http://proex.pucminas.br>, acesso em: 07 de abril de 2018.

BRASIL. **A Escola, Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade**, Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial: Governo Federal, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>, acesso em: 07 de abril de 2018.

TEIXEIRA, Marina Codo Andrade. **Políticas Públicas para Pessoas com Deficiências no Brasil**. Dissertação apresentada à escola de administração da Fundação Getulio Vargas São Paulo: 2010.